

Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.



Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021	12



Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos:

Conselheiros e Administradores da Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC) São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC) (!Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como aquelas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao **Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC)** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.



Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021 e do balanço patrimonial de abertura de 01/01/2022

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2.10, essas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas em razão de alterações nela identificadas pela realização dos saldos contidos na rubrica "Recursos de projetos a aplicar". Sendo assim, tais ajustamentos contábeis foram efetuados nos termos do CPC 23/ IAS 8- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Esse relatório substituiu o relatório de auditoria por nós emitido sobre as demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31/12/2021.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do **Instituto Brasileiro de Estudo e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC).** referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinadas, as quais emitimos relatório datado em 04 de setembro de 2023, com Abstenção de Opinião tendo em vista: (a) Ausência de controle individual dos bens do ativo imobilizado, (b) ausência de conciliação dos recursos provenientes de diversos projetos obtidos junto a financiadores e terceiros e (c) limitação de escopo tendo em vista a aplicação de procedimentos de auditoria sobre transações realizadas em rubricas de receita, custos e despesas operacionais e financeiras. Para o exercício de 2022 a Entidade procedeu modificações em controles e esses assuntos foram suprimidos.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive
 as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e
 os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2024.

Silvio Cesar Cardoso Contador CRC 1SP-188.428/O-5

RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda. CRC 2SP-030.001/O-7



Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Ativo circulante	0	750 750	4 004 770
Caixa e equivalentes de caixa	3	753.756	1.064.772
Total do ativo circulante		753.756	1.064.772
Ativo não circulante			
Imobilizado líquido	4	416.100	445.322
Total do ativo não circulante		416.100	445.322
Total do ativo		1.169.856	1.510.094

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Passivo circulante			
Recursos de projetos a aplicar	5	450.058	988.479
Contas a pagar	-	-	1.006
Outras contas a pagar		-	16.739
Total do passivo circulante		450.058	1.006.224
Patrimônio Social líquido			
Patrimônio Social	6	503.870	490.186
Superávit do exercício		215.928	13.684
Total do patrimônio líquido		719.798	503.870
Total do passivo e patrimônio líquido		1.169.856	1.510.094

Demonstrações do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Receita Operacional			
Com restrição			
Receita de atividade Social	7	1.266.267	1.586.862
Sem restrição			
Receita de contribuição, doação e promoção	8	178.135	239.185
Trabalho voluntário	9	47.800	-
Outras receitas	-	25.868	554
Total das receitas		1.518.070	1.826.601
lmobilizado líquido			
Custo da atividade social	10	(1.076.376)	(1.586.862)
Total do custo atividade social		(1.076.376)	(1.586.862)
Resultado Bruto		441.694	239.739
Despesa Operacional			
Despesas administrativas e gerais	11	(200.585)	(226.055)
Trabalho voluntário	9	(47.800)	-
Total das despesas		(248.385)	(226.055)
Receitas e despesas financeiras	12	22.619	<u>-</u>
Resultado Financeiro		22.619	-
Superávit do exercício		215.928	13.684

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Superávit do exercício	215.928	13.684
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente do exercício	215.928	13.684

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

	Notas	Patrimônio Social	Superávit exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)		422.049	68.137	490.186
Incorporação do superávit ao patrimônio Social Superávit do exercício	6 -	68.137 -	(68.137) 13.684	- 13.684
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado) Imobilizado líquido		490.186	13.684	503.870
Incorporação do déficit ao patrimônio Social Superávit do exercício	6 -	13.684	(13.684) 215.928	- 215.928
Saldos em 31 de dezembro de 2022		503.870	215.928	719.798

Demonstrações dos Fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u>, , , , , , , , , , , , , , , , , , , </u>
Superávit do exercício	215.928	13.684
Receitas (Despesas) que não envolvem caixa		
Depreciação e amortização	41.561	32.806
Ajustes de exercícios anteriores	-	2
Aumento/ (redução) das contas do passivo		
Recursos de projetos a aplicar	(538.421)	261.683
Contas a pagar	(1.006)	1.006
Outras contas a pagar	(16.739)	16.739
Caixa proveniente das atividades operações	(298.677)	325.920
Caixa e equivalentes de caixa (aplicados) provenientes das atividades operacionais	(298.677)	325.920
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(12.339)	-
Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento	(12.339)	-
(Redução) / Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	(311.016)	325.920
No início do exercício	1.064.772	738.852
No final do exercício	753.756	1.064.772
(Redução) / Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	(311.016)	325.920

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

O Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho (IBEAC), fundado em 11 de junho de 1981, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, com prazo de duração indeterminado e sua Sede está localizada na Av. Doutor Arnaldo, 2083 – Sumaré – São Paulo.

O IBEAC tem objetivos voltados à promoção de atividades e finalidade de relevância pública e social estatuária conforme artigo 2º:

- a) Contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo democrático no país;
- **b)** Propor e realizar estudos, pesquisas e formações para conhecer e contribuir para a transformação da sociedade brasileira;
- c) Estimular experiências baseadas no princípio da participação da sociedade civil;
- d) Desenvolver ações promotoras de direitos humanos, incluindo os direitos à educação, saúde, assistência social, meio ambiente, cultura, esporte, desenvolvimento sustentável, turismo social de base comunitária e qualidade de vida;
- e) Promover e estimular o cuidado com excelência de bebês, crianças, adolescentes, gestantes e mães nos territórios de atuação. Para desenvolver e implementar ações e programas destinadas especificamente a crianças e adolescentes, o IBEAC busca concretizar seus direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA: Direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária; oferecer orientação e apoio sociofamiliar e comunitário; desenvolver apoio socioeducativo em meio aberto; fazer assessoria a instituições que desenvolvem programas previstos no artigo 90 do ECA Lei no. 8069/90. Incentivar e apoiar a formação de núcleos, grupos, movimentos e atividades comunitárias;
- f) Incentivar e apoiar a formação de núcleos, grupos, movimentos e atividades comunitárias;
- g) Contribuir para a formação política dos cidadãos, disseminando valores da democracia, dos direitos sociais, da educação à paz e não violência, da solidariedade entre os povos, do respeito à diversidade ético/racial, de gênero, sexual, cultural, ambiental e religiosa;
- h) Promover e produzir publicações de interesse social sob a forma de livros, revistas, jornais, filmes, vídeos e outros meios de comunicação.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Instituto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na Interpretação ITG 2002(R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução 1.409/12.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

A Administração da Entidade aprovou as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A moeda funcional da Entidade é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Entidade.

2.2. Principais práticas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis pela Associação descritas na Nota Explicativa no 2.3, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil e do valor residual do ativo imobilizado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para riscos fiscais, trabalhistas e previdenciários. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas anualmente.

2.2.1. Apuração do resultado - receitas e despesas

As receitas oriundas de contribuições associativas são registradas conforme determina ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), mediante documento-hábil, quando de sua competência. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras representadas, substancialmente, por certificados de depósitos bancários e aplicação em fundos de investimentos, com alto índice de liquidez de mercado e resgates não superiores a 90 dias da contratação, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato. As aplicações financeiras são classificadas em sua maioria na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.2.3. Contas a receber

Referem-se aos direitos a receber por conta da prestação de serviços na realização atividades sociais e direitos humanos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

2.2.4. Imobilizado líquido

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, sujeitos a depreciação pelo método linear, a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos mesmos e o seu valor residual.

2.2.5. Obrigações trabalhistas

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos.

2.2.6. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos dos quais a Entidade questione a inconstitucionalidade destes tributos. Neste exercício a Entidade não identificou nenhum ativo ou passivo contingente a ser contabilizado ou evidenciado em nota explicativa.

2.2.7. Trabalho voluntariado

De acordo com a revisão da ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos, de 21 de agosto de 2015 (DOU de 02.09.2015), item 19, a receita e o respectivo custo dos trabalhos voluntários, referente aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e os demais voluntários do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão sendo reconhecidos pelos seus valores justos na demonstração do superávit

2.2.8. Recursos de projetos a aplicar

A entidade coordena projetos encaminhados ou indicados por meio de suas associadas, estando obrigada a cumprir determinados requisitos, os quais são avaliados por meio de entrega dos produtos acordados e de prestações de contas submetidas à diretoria. No caso de não cumprimento desses requisitos contratuais, tanto a Entidade como a entidade executora do projeto, poderá sofrer penalidades que podem incorrer inclusive na devolução dos recursos recebidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

Os recursos provenientes dos contratos de projetos são contabilizados como receitas quando aplicados nos respectivos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada nos projetos.

2.2.9 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Entidade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento.
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos.
- **Atividades de financiamento:** referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

2.2.11. Representação das Demonstrações Financeiras

A Administração revisitou certos eventos econômicos ocorridos no exercício precedente findo em 31 de dezembro de 2021, 2020 e ajustou no balanço patrimonial de abertura levantado em 1 de janeiro de 2021, quais sejam: (a) A realização dos saldos contidos na rubrica "Recursos de projetos a aplicar" que estavam registrados naquelas datas pelo total de R\$1.064.693 e cujos efeitos contábeis nos na demonstração do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$246.253.

	ATIVO		
	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021 (reapresentado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.064.772	-	1.064.772
Total do ativo circulante	1.064.693		1.064.772
Ativo não circulante			
Imobilizado Iíquido	445.322	-	445.322
Total do ativo não circulante	445.322	-	445.322
Total do ativo	1.510.094		1.510.094

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021 (reapresentado)
Passivo circulante			
Recursos de projetos a aplicar	1.234.732	- 246.253	988.479
Contas a pagar	1.006	-	1.006
Outras contas a pagar	16.739		16.739
Total do passivo circulante	1.252.477	- 246.253	1.006.224
Patrimônio Social líquido			
Patrimônio Social	243.933	246.253	490.186
Superávit do exercício	13.684	.	13.684
Total do patrimônio líquido	257.617	246.332	503.870
Total do passivo e patrimônio líquido	1.510.094	-	1.510.094

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata:

Descrição	2022	2021 (reapresentado)
Caixa fundo fixo e projetos	-	1.512
Banco conta movimento	238.466	933.826
Aplicação financeira	515.290	129.434
Total	753.756	1.064.772

4. Imobilizado líquido

			2022		
Descrição	% – Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	lmobilizado líquido	lmobilizado líquido
Imóveis/Edificações	4	820.284	(423.142)	397.142	432.055
Máquinas e Equipamentos	10	18.178	(6.398)	11.780	10.342
Móveis, Utensílios e Instalações	10	6.786	(6.287)	499	499
Biblioteca	-	110	-	110	110
Equipamentos Telefônicos	10	144	(144)	-	53
Equipamentos de Som	10	-	-	-	665
Equipamentos de Informática	20	24.465	(17.896)	6.569	1.598
Total		869.967	(453.867)	416.100	445.322

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

Movimentação de imobilizado

	2021				
Descrição	(reapresentado)	Transf.	Adições	Depreciação	2022
Imóveis / Edificações	432.055	-	-	(34.913)	397.142
Máquinas e Equipamentos	10.342	2.186	1	(748)	11.780
Móveis, Utensílios e Instalações	499	-	5.756	(5.756)	499
Biblioteca	110	-	-	-	110
Equipamentos Telefônicos	53	1	91	(144)	-
Equipamentos de Som	665	(2.186)	1.521	-	
Equipamentos de Informática	1.598	-	4.971	-	6.569
Total	445.322	-	12.339	(41.561)	416.100

5. Recursos de projetos a aplicar

December 2	2022	2021
Descrição	2022	(reapresentado)
Projeto Emenda Parlamentar	104.768	<u>-</u>
Projeto Trellis Foundation	63.587	-
Projeto Nascidos Para Ler	57.991	-
Projeto Ação Itaú social – Fies	56.334	-
Projeto Ação Inst. Eurofarma	42.000	-
Projeto Missão Em Foco Itaú	39.132	-
Projeto Minc	31.491	-
Projeto Sem. Do Direito C. Alemão	-	18.376
Projeto Interlab	-	11.834
Projeto Instituição Itaú	-	698.002
Projeto Inst. Consulado da Mulher	-	53.353
Outros Projetos	54.716	206.914
Total	450.058	988.479

Referem-se a recursos recebidos de contratos/convênios para aplicação em projetos da entidade.

6. Patrimônio líquido

O patrimônio social representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados (déficits e superávits) anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais. A Administração do Instituto adota como prática incorporar e/ou absorver nas rubricas de patrimônio social e/ou dotação especial do superávit (déficit) apurado nos exercícios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

7. Receita líquida de atividade social

A Entidade reconheceu a receita decorrente de contratos e convênios firmados, cujos recursos que foram aplicados totalmente em gratuidades, para custeios dos serviços do Programação de Direitos Humanos, sendo alguns, condicionados a restrições ou não.

Descrição	2022	2021 (reapresentado)
Projeto Missão Em Foco	586.281	-
Projeto Fundo Biblioteca	6.379	-
Projeto Literasampa	67.279	
Projeto Plataforma De Aprendizagem	44.283	-
Projeto Imaginable Future Foundation	324.208	-
Projeto Trellis Foundation	242	-
Projeto Nascidos Para Ler	33.316	170.319
Projeto Ação Raia Drogasil	159.874	16.363
Projeto Ação Instituto Eurofarma	17.000	35.932
Projeto USP Turismo e Experiência	-	3.060
Projeto Ação Tic Toc Inc-Lendo c/Djavan	-	138.298
Projeto Litera Sampa	-	32.129
Projeto Ação Brasil Fund.Porticus Lat.Am	-	51.000
Projeto Acolhida São Paulo	-	149.519
Projeto Lei Aldir Blanc	-	18.000
Projeto Biblioteca Comunit. Caminhos da Leit	-	3.008
Projeto Missão em Foco Itaú	-	476.234
Projeto Fund. Irau Educ. e Cultura	-	200.100
Projeto Imaginable Future	-	208.956
Outros projetos (iv)	27.405	83.944
Total	1.266.267	1.586.862

8. Receita de contribuição, doação e promoção

A entidade recebeu doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas sem restrições, que foram aplicadas totalmente em gratuidades, e ainda houve campanhas e promoções para arrecadação de receita.

		2021
Descrição	2022	(reapresentado)
Donativos de pessoas físicas	33.100	62.498
Doações	145.035	22.234
Recuperação de despesas	-	154.453
Total	178.135	239.185

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

9. Custo de Atividade Social (Aplicação de recursos em obras sociais)

As gratuidades são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços em prol dos usuários definidos na Lei nº 12.101/2009 de forma gratuita, ou seja, sem reconhecimento de remuneração pelo beneficiário dos serviços.

Por exigência do item 24 da ITG 2002 (R1), as despesas incorridas no período contábil, provindas de redução de ativos ou do reconhecimento de passivos, devidamente identificáveis aos programas de assistência social, são apresentadas separadamente em contas específicas na demonstração do resultado do período.

A partir de 2016 todos os projetos e ações passaram a integrar o Programa de Direitos Humanos, que foca em atividades no âmbito de assistência social.

10. Custo de Atividade Social (Aplicação de recursos em obras sociais)

Descrição	2022	2021 (reapresentado)
Projeto Amaras Cozinha Saudável	-	(45.757)
Projeto Ação Brasil Fund. Porticus Lat.Am	-	(51.000)
Projeto Ação Raia Drogasil	(159.874)	(16.363)
Projeto Lei Aldir Blanc	-	(18.000)
Projeto LiteraSampa	(67.279)	(32.130)
Projeto Usp Turismo de Experiencia	-	(3.060)
Projeto Campanha Parelh.Casa – DOACOES	-	(30.846)
Projeto Bibliot. Comunit. Caminhos da Leit	-	(3.009)
Projeto Fund. Itaú p/Educ. e Cultura	-	(200.100)
Projeto Missão em Foco – Itaú	(586.281)	(476.235)
Projeto Ação Instituto Eurofarma	-	(35.932)
Proj. Ação Tic Toc Inc-Lendo c/Djavan	-	(138.298)
Projeto Trasbordamento	-	(7.335)
Projeto Nascidos Para Ler	(33.316)	(170.319)
Projeto Acolhida São Paulo	-	(149.519)
Outros projetos	-	(208.959)
Projeto Fundo Biblioteca	(6.379)	-
Projeto Ação Inst. Eurofarma	(17.000)	-
Projeto Plataforma de Aprendizagem	(44.283)	-
Projeto Imaginable Future Fundation	(161.721)	-
Projeto Trelles Fundation	(243)	-
Total	(1.076.376)	(1.586.862)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

11. Despesas administrativas e gerais

Descrição	2022	2021 (reapresentado)
Prestação de Serviço por Pessoa Jurídica	-	(27.647)
Prestação de Serviço por Pessoa Física ou S/V.Emp	(16.410)	(85.989)
Mat.de Limpeza e mat.de copa/cozinha.	(45.177)	(1.300)
Conduções	(16.577)	(968)
Outras Despesas Gerais	(80.860)	(77.343)
Encargos de Depreciação	(41.561)	(32.808)
Total	(200.585)	(226.055)

12. Resultado Financeiro

	2022	2021 (reapresentado)
Receitas financeiras		,
Ganhos com RDB, CDB	42.628	-
Rend. Cta. Remunerada	-	-
	42.628	•
Despesas financeiras		
Despesas bancárias de aplicações	(20.009)	-
	(20.009)	•
Resultado financeiro líquido	22.619	-

13. Tributos e contribuições

13.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza de benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu superávit/ (déficit), de acordo com o artigo 174. do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/1999 e Lei nº 9.532/1997.

13.2. PIS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

13.3. COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/1998 e 10.833/2003.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

14. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos de crédito

O risco de crédito encontra-se vinculado a potencial inadimplência de seus associados, uma vez que a Associação depende das contribuições mensais para manter-se em funcionamento. As contribuições associativas de cada associado são monitoradas periodicamente e, existindo inadimplência, a Administração da Associação procede com a cobrança.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Associação possui recursos em conta corrente disponíveis para utilização imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Associação ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações e de manter uma adequada estrutura de capital.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros do ativo em 31 de dezembro de 2022 são:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa no 3): saldos em conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo que têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- Aplicações financeiras (Nota Explicativa no 3): saldos em aplicações financeiras de curto e longo prazo que têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

c) Operações com instrumentos derivativos

A Associação não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2022, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos ou quaisquer outras transações com instrumentos financeiros derivativos.

15. Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Atualmente a entidade não possui saldo provisionado correspondente a demanda judicial de qualquer natureza com risco provável, pois ao longo do exercício as demandas foram liquidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

16. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.